

EM PROL DE UM PLANO ESTADUAL DE PESQUISAS
AGROPECUÁRIAS

LEONARDO SAMPAIO
Prof. Adjunto da UFRPE.
Prof. Titular da UFPE.

INTRODUÇÃO

A importância da pesquisa é óbvia em qualquer processo racional de diagnóstico, análise e solução de problemas.

A importância da pesquisa para a promoção do desenvolvimento do setor agropecuário é ademais ressaltada pelo número e complexidade de fatores interagindo no meio rural. Tais fatores normalmente sendo de ordem meteorológica, edáfica, biológica, social, capacitacional, administrativa, econômica, etc. Resultado direto dessa complexa e variegada interação de fatores é a dificuldade do isolamento de uma variável para estudo independente mantidas as demais constantes. Apontando-se o nível de conhecimento das constantes nordestinas como mais um imperativo para a promoção de pesquisas agropecuárias na região.

Diversas instituições tem tradição de pesquisa no Estado de Pernambuco. Recentemente, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no Brasil, fechamento da rede de Institutos de Pesquisa do Ministério da Agricultura e transformação dos organismos estaduais de pesquisa em empresas filiadas à EMBRAPA, tem se procurado montar modelo mais convergente de programação das pesquisas agropecuárias. Em paralelo à criação da EMBRAPA o sistema Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), passou igualmente à forma de Empresa, continuando com as atribuições de assistência

técnica e extensão rural, trabalhando diretamente com os problemas de produção e desenvolvimento no campo.

Experiência já vitoriosa tem se constituído o trabalho das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, implantadas inicialmente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no Nordeste e hoje difundidas pelo país. Para a formação das Comissões Estaduais de Planejamento (CEPAS), capacitação individual e integração dos técnicos em equipe, partiu-se do levantamento das realidades estaduais em diagnósticos setoriais.

Das várias instituições trabalhando com pesquisas em Pernambuco, a Universidade Rural se apresenta com características atuais bem marcantes: fundadora do Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), posteriormente desmembrado da mesma; capacitada, pela recente reforma administrativa, para a efetiva implementação de programas de ensino, pesquisa e extensão, após longo interregno de atividades marcadamente didáticas e professorado contratado exclusivamente para o ensino; possuidora de corpo docente com experiência pessoal em trabalhos de pesquisa, realizados principalmente quando vinculados à Universidade em tempo parcial; com número crescente de professores portadores de pós-graduação e constante ampliação de novos cursos e discentes pós-graduados, com obrigação de trabalhos de pesquisa.

SELEÇÃO/ELEIÇÃO DE LINHAS DE PESQUISA

Para a definição de o que pesquisar, passo inicial do trabalho a ser conduzido, é vital a disponibilidade de informações relativas a planos do governo, estratégias, diretrizes, políticas, metas, etc., para o setor agropecuário. Essas informações traduziriam o mercado ou demanda para as pesquisas, orientando igualmente quanto a fontes de financiamento e consumidores.

Argumenta-se que a universalidade das universidades mais do que abriga, obriga a uma constante alimentação do fluxo ciência-tecnologia, com a realização de pesquisas puras ou não comprometidas. Ainda não é de se creditar trabalhos desvinculados de problemas reais, detetados a partir de informações do campo e julgamento de prioridades. Nada mais lógico que a ori-

entação das pesquisas à partir de diagnósticos das necessidades. Assim como o uso dos trabalhos de pesquisa como forma adicional de aporte de recursos e integração da universidade ao meio.

PESQUISAS INDIVIDUAIS VERSUS EQUIPES DE PESQUISA

Talvez oriunda de interpretação errônea do conceito de que geralmente o melhor professor é aquele que tem conhecimento prático da matéria lecionada, aquele que convive com o assunto a transmitir, pesquisando-o constantemente, surgiu a idéia, com a reforma universitária, de que, para fazer jús à remuneração do tempo integral, o professor tinha que ter um projeto de pesquisa. Tanto é errônea a interpretação como a idéia da remuneração por projeto individual.

Firmou-se o conceito verdadeiro de melhor professor aquele que pesquisa o que leciona. Porém, as pesquisas que desenvolvia na universidade ou para a qual trazia o resultado dos seus trabalhos, como docente em tempo parcial, ele as realizava normalmente em outra instituição, sendo fruto de um labor mais amplo, executado em equipe. Daí porque muitos desses professores, apesar de acatados e reconhecidos pelos seus méritos e saber, eram tidos como paneleiros exatamente por trabalharem em grupo e disporem de recursos propiciados pela realização de pesquisas.

A exigência do projeto individual de pesquisa para recebimento do tempo integral peca por fracionar administrativamente trabalho e recursos grupais. O tempo integral exige atividade de pesquisa e não projeto individual. Sem embargo da necessidade de individualização das tarefas, responsabilidades e reconhecimentos nos projetos de pesquisa.

Uma pesquisa é essencialmente um trabalho de integração de especialistas ensejando uma maximização de resultados tanto maior quanto mais global e ao mesmo tempo mais aprofundada a análise do tema em estudo. E tanto maior a economia de escala quanto maior o uso de equipamentos, dados, ou outros recursos disponíveis ou adquiridos para a pesquisa.

ALOCÇÃO DE RECURSOS PARA PESQUISAS

Outra tendência observada diz respeito à aprovação de projetos de pesquisa nas universidades sem garantia dos recursos necessários para a execução do trabalho. Ou, o financiamento de pesquisas, por parte de órgãos ou empresas públicas, sem maior interesse no uso dos resultados e visando unicamente acobertar ações que, na maioria dos casos, já foram ou vem sendo desenvolvidas paralelamente.

Se há necessidade quando da aprovação dos projetos de pesquisa se apropriar fundos e outros recursos materiais, de equipamentos, humanos, de tempo, etc., garantidores da execução do proposto, é importante uma discussão interinstitucional para mais adequada fixação de prioridades a nível técnico e melhor uso dos recursos alocados.

ACOMPANHAMENTO, CONTROLE, AVALIAÇÃO

Os resultados de uma pesquisa devem interessar à comunidade. O acompanhamento, controle e avaliação de um projeto de pesquisa devem garantir a constante análise da eficiência executiva, a correção de desvios verificados ou solução de problemas identificados na condução dos trabalhos, e o julgamento da eficácia dos resultados.

Para essas tarefas nada mais indicado que uma integração dos interessados no desenvolvimento do setor agropecuário. O acompanhamento permite o uso de informações decorrentes do andamento dos trabalhos, o estímulo ao preparo de artigos ou outras formas de divulgação, o apoio a atividades de previsão de problemas ou antevisão de novos rumos de desenvolvimento. Um controle integrado facilitaria o equacionamento das dificuldades, assim como uma conjugação institucional poria em contato direto agências produtoras e consumidoras ou veiculadoras de resultados, apoiando uma re-alimentação de todo o processo de discussão, eleição de linhas de pesquisa, constituição de equipes de trabalho, alocação e aporte de recursos.